

Senado Federal

Orçamento Decisão de reajustar o valor do salário caberá ao presidente eleito

Definição do mínimo fica para 2003

Ribamar Oliveira

De Brasília

O PT não quer definir agora o salário mínimo que valerá em 2003. Sua proposta é que a decisão seja adiada para abril e que, na proposta orçamentária para o próximo ano, seja deixado o valor de R\$ 211, como propôs o atual governo. O PT quer, contudo, criar no Orçamento da União uma "Reserva Social" com os recursos necessários para o aumento do mínimo e para o financiamento de outras ações na área social, como os programas "Fome Zero" e do primeiro emprego. Os recursos da "reserva" só poderão ser usados na área social.

A distribuição dos recursos entre essas três prioridades sociais

ficaria a cargo do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva. Essa "reserva" teria R\$ 8 bilhões, que viriam das reestimativas de receitas orçamentárias feita pela Comissão Mista de Orçamento do Congresso e da aprovação de três medidas tributárias: a manutenção da alíquota máxima do Imposto de Renda em 27,5%; a elevação das alíquotas da Cide dos combustíveis; e o projeto de lei que altera a cobrança do INSS dos autônomos que prestam serviços às empresas.

O coordenador do PT na Comissão de Orçamento, deputado Jorge Bittar (PT-RJ), disse que a aprovação deste "pacote" tributário é considerado indispensável pelo novo governo. "As contas

do orçamento do próximo ano só fecham se os partidos aprovarem essas novas medidas tributárias", afirmou.

A proposta de Bittar não é consenso na Comissão de Orçamento. O relator-geral da proposta, senador Sérgio Machado (PMDB-CE), prevê resistências. "Os parlamentares querem aprovar o salário mínimo de R\$ 240 para o próximo ano", admitiu. Em seu relatório, Machado criou uma reserva de R\$ 1,4 bilhão para garantir o aumento do salário mínimo para R\$ 220, valor que preserva apenas o seu poder aquisitivo.

O presidente do PT, José Dirceu (SP), disse que o valor do salário mínimo será decidido pelo presidente eleito apenas em abril.

Anunciou também que o reajuste será feito no dia 1º de maio e não mais no dia 1º de abril, como feito no governo Fernando Henrique Cardoso.

A "reserva social" proposta por Jorge Bittar é, na prática, uma fórmula de evitar que os recursos obtidos pelo Congresso em suas reestimativas da receita da União para 2003, principalmente aquelas decorrentes da inflação, sejam destinados a novos gastos. "Estamos num ambiente econômico extremamente difícil e perdemos em 2003 cerca de R\$ 18 bilhões de receitas extraordinárias que tivemos este ano. As despesas com pessoal para 2003 também estão subestimadas em cerca de R\$ 2 bilhões a R\$ 3 bilhões", disse Bittar. "Portanto, é preciso ter cautela com novos gastos."

Nos cálculos de Bittar, a "reserva social" seria formada por R\$ 950 milhões que será obtido com recursos da reestimativa da receita por causa da inflação e que seriam destinados à saúde (R\$ 1,5 bilhão), à educação (R\$ 401 milhões), ao fundo de combate à pobreza (R\$ 434 milhões), ao FAT (R\$ 1,056 bilhão) e à correção do salário mínimo pela inflação (R\$ 1,4 bilhão). A "reserva" contaria também com R\$ 950 milhões da manutenção da alíquota de 27,5% do IR; R\$ 700 milhões do aumento das alíquotas da Cide dos combustíveis; e R\$ 1 bilhão com as medidas do INSS. (Colaborou Marcelo de Moraes)